

PREGÃO PRESENCIAL 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2019

INTERESSADO: ENERGEPAR EMPREENDIMENTOS ELETRICOS EIRELI

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, PARA ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO COMAJA.

Trata-se de pedido de impugnação formulado por pessoa jurídica, a saber, ENERGEPAR EMPREENDIMENTOS ELETRICOS EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 15.156.111/0001-69, com sede Rua Roque Saad, Nº. 290, CEP 83.704-670, Fazenda Velha, Araucária – PR, Município de Araucária, Paraná, ao edital do Pregão Presencial Nº 07/2019, em trâmite nesta entidade sob o número de processo 42/2019.

Nos termos do subitem 4.4 do edital, combinado com o disposto no art. 41, §2º da Lei Federal 8.666/93, conheço da solicitação por tempestiva, e torno público seu teor e decisão sobre os seguintes pontos impugnados:

(I) – DOS REQUISITOS INDIVIDUALIZADORES

Esta foi a impugnação que gerou a presente demanda.

1 - DOS REQUISITOS INDIVIDUALIZADORES

Segundo o impugnante, o edital é ilegal, “porque o objeto referenciado em termo anexo ao Edital, é individualizado”, (...) “ao realizar as referidas exigências, restringe ilegalmente a competitividade, posto que somente uma marca, cumpre ambos os requisitos técnicos e certificação”.

Alega que “ao realizar as referida exigências, acima destacadas, excede ao poder discricionário visto que exige além daquilo que a Lei nº.8.666/93 expressamente autoriza”.

A impugnante solicita que seja **esclarecido**:

(...) o porque da individualização do fornecedor/marca, posto que a vinculação estrita ao Edital, **cria critério de restrição a competitividade sem trazer nenhuma vantagem ou segurança à Administração Pública**, o que contraria toda a sistemática e lógica do procedimento licitatório.

Em que pese ao alegado pela impugnante, a via para questionamento seria a disponibilizada no subitem 4.1 do Edital, qual seja, via pedido de esclarecimento, há que se analisar o quesito aduzido pela impugnante em razão do princípio da fungibilidade.

No mérito não merece prosperar a impugnação quanto ao tópico, tendo em vista que da análise literal das disposições apresentadas, pois a escolha do descritivo das luminárias levou em consideração mais de um fabricante, SEM DIRECIONAMENTOS.

O COMAJA, através de sua equipe técnica, levou em consideração a atualização mercadológica e exigências legais para fornecimento das luminárias públicas viárias. Entendeu que o descritivo exigido no Edital é atendido por diversos fabricantes, os quais cumprem a descrição do ANEXO I.

O COMAJA não irá neste momento pré-julgar marcas e modelos, o julgamento da proposta e habilitação será realizado a partir do início da sessão de julgamento, no dia 12/07/19 às 09h, na sede do consórcio.

Poderão participar deste Pregão toda e qualquer empresa que atenda os requisitos previstos no Edital e seus Anexos, em especial ao item 6 deste Edital. Prever quais fornecedores irão participar do Pregão e listá-los para responder questionamentos não cabe a Administração Pública, pois todo e qualquer licitante que tenha interesse e que atenda ao solicitado em Edital poderá participar do certame.

Em fase interna ao Edital, foram feitas pesquisas de mercado junto a fornecedores do ramo, atendendo aos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e formalidade da Administração Pública. O respectivo Edital, nas condições em que foi concebido, garante que haverá isonomia e competitividade na licitação, isso é possível de afirmar porque em sua fase interna foi elaborado ampla pesquisa de mercado aos fornecedores de luminárias.

Cabe ressaltar, novamente, que na fase de pesquisa para elaboração do TR, foi constatado que existem fabricantes e fornecedores que atendem as especificações solicitadas. A saber, 3 fabricantes atendem ao item 1; 2 fabricantes atendem ao item 2; 3 fabricantes atendem ao item 3; 2 fabricantes atendem ao item 4; 2 fabricantes atendem ao item 5. Toda a pesquisa encontra-se juntada ao processo e encontra-se a disposição de qualquer interessado para vistas.

Lembramos que o Anexo I do Edital foi retificado e publicizado, ampliando a competitividade, em seu item 4.1, estabelecendo tolerância de 10%, **para mais ou para menos, em relação a potência máxima e fluxo luminoso mínimo**, com base nos dados declarados pela Portaria 20 do INMETRO.

A Portaria nº. 20, de 15 de fevereiro de 2017, traz a regulamentação técnica da qualidade para luminárias a serem utilizadas para iluminação pública viária, estabelecendo os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes ao desempenho e segurança do produto.

O artigo 15 da referida Portaria estabeleceu um prazo de 18 (dezoito) meses para que os fabricantes nacionais e importadores adequassem a sua importação/produção às disposições da Portaria.

Posteriormente, em agosto de 2018, foi publicada a Portaria nº. 404, pelo INMETRO, prorrogando o prazo previsto no artigo 15 da Portaria 20, concedendo mais 6 (seis) meses para a certificação de luminárias com tecnologia LED.

Considerando o prazo estabelecido por ambas as portarias, desde fevereiro de 2019, é obrigatória a certificação e luminárias com tecnologia Led e com lâmpadas de descarga para iluminação de vias públicas.

Então, estando vigente a Portaria, cabe ao COMAJA, na qualidade de órgão público, observar as exigências da regulamentação do INMETRO para promover o seu processo licitatório.

O fato de que a observância da referida regulamentação diminuiria a “negociação comercial” das participantes não pode ser admitida como razão para a alteração do objeto da licitação, como pretende a Impugnante.

As negociações para aquisição do produto a ser licitado, por parte dos participantes com os seus fornecedores, não pode ser motivo de preocupação do órgão gestor da licitação.

O fato de, em tese, como afirmado pelo Impugnante, só existir um fabricante que possui a certificação prejudicaria a competitividade do procedimento, não prospera.

Até o momento, cinco empresas já solicitaram ao COMAJA o “Kit proposta”, o que demonstra a possibilidade real de competitividade.

Ademais, em processo licitatório, não se deve somente se preocupar com o número da participantes, mas também com a qualidade do produto adquirido e que este esteja de acordo com as exigências técnicas da legislação.

Pelo exposto, temos que IMPROCEDE a insurgência do Impugnante, pois totalmente desligada dos preceitos legais.

DA DECISÃO

Isto posto, com base nos fundamentos acima, decidimos conhecer da IMPUGNAÇÃO para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o dia e horário da sessão pública do Pregão Presencial 07/2019.

Decisão apreciada e ratificada pela autoridade superior competente.

Ibirubá, 10 de julho de 2019.

VOLMAR TELLES DO AMARAL
Presidente do COMAJA

EVERTON LAGEMANN
Diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

KARINA WILM DONINELLI
Assessora de Projetos e Planejamento

*Via original e assinada segue juntada aos autos do processo licitatório.